

O ESTUDANTADO E O PROCESSO DE BOLONHA

A pesares do ocultismo com que transcorre o chamado Processo de Convergência Europeia, o estudantado, afectado directamente polos câmbios que o Espaço Europeu de Ensino Superior propom, analisa a evoluçom dos acontecimentos e as consequências destas reformas em matéria educativa.

Nós, desde a Assembleia de Estudantes de Ciências Políticas, analisamos o Processo fazendo um percorrido polos textos que o sustentam, como som a *Declaraçom da Sorbona*, a *Declaraçom de Bolonha* e as conferências de seguimento do Processo, *Praga 2001*, *Berlin 2003*, *Bergen 2005* e *Londres 2007*. A todo isto, cumpre engadir o GATS (General Agreement on trade in services) ou *Acordo Geral para o Comercio de Serviços*, e documentos como o *Informe Universidade 2000*, a *Lei Orgánica de Universidades (2001)* e o *Projecto Tuning (2000)*.

Começamos analisando o GATS, posto que, cumha praxe e umha linguagem idéntica à empregada polxs Ministrxs de Educaçom nas posteriores Declaraçons no marco do Processo, o Acordo Geral para o Comercio de Serviços constitui um compromisso de paulatina liberalizaçom dos serviços. Se tódo-os serviços públicos como o transporte, as comunicaçons, a cultura, os meios audiovisuais... podem ser um negócio, também poderám sé-lo os serviços básicos como a sanidade ou, neste caso, a educaçom.

Se temos que fazer um rápido percorrido polas dúas Declaraçons que marcarom este Processo, a da Sorbona, em 1998, e a de Bolonha, em 1999, cumpre salientar os pontos máis importantes que apresentam:

- Criaçom do que chamam a “Europa do conhecimento”
- Estabelecimento dum novo Sistema de créditos, ECTS (European Credits Transfer Sistem)
- Divisom das titulaçons em Grau e Posgrau.
- Insistência constante nos ânímos que se lhe daram ao estudantado para passar um periodo fóra do seu país noutras universidades, como indica

a seguinte frase contida na Declaração: “*Actualmente, um grande número de estudantes ainda se gradúa sem ter tido a experiência de cursar um período de estudos no estrangeiro*”, ponto que compartimos no planeamento, mas que consideramos hipócrita por não ir acompanhado dumha proposta real de aumento das bolsas que permitam que os estudantes tenham essa possibilidade.

- Salientar umha frase final da Declaração que fala de criar “Diálogos nos que nos involucremos todos” Neste ponto, não podemos deixar de dizer que as e os estudantes não estivemos involucrados em nenhuma das fases do projecto, sendo marginais as decisões tan fundamentais para o nosso futuro.

Se voltamos um segundo ao ano 2000, atopamo-nos com o Projecto Tuning, um projecto piloto que, baseando-se no recolhido na Declaração de Bolonha, realiza um estudo sobre as competências que os estudantes pretendem adquirir ao cursar umha titulação, e compara estas competências com as requeridas a nível empresarial, buscando em última instância o jeito de adaptar as primeiras às últimas, levando até o extremo a ideia de sistema educativo como lugar de reprodução da ideologia das classes dominantes.

Por outra banda, e continuando no ano 2000, atopamo-nos com o **“INFORME UNIVERSIDADE 2000”**, conhecido como **INFORME BRICALL**

-Apresentado pela CRUE (Conferência de Reitores das Universidades Espanholas) e elevado a rango de Lei Orgánica (a conhecida LOU) pelo Governo do PP no 2001.

*** Financiamento:**

Pulamos por um incremento do gasto público em universidade dum 1,5%, mantendo a percentagem das **taxas** sobre o total pelo que, quantitativamente, as taxas soberiam um 34%.

Já no Informe Bricall topamo-nos com a ideia de **bolsas-préstamo**, é dizer, micro-créditos para o alunado com poucos recursos que quiger acudir à universidade, e que logo terá que financiar, com altos interesses, ao começar a trabalhar.

Salientar que, na página 270 do informe, **descárta-se a ideia da universidade de balde** posto que, *a gratuidade do ensino superior nom só nom pula polo esforço dxs estudantes, senom que tende a criar problemas de seleçom adversa, atraendo à Universidade a estudantes que nom tenhem possibilidades de completar os estudos*".

*** Permanencia:**

Recoménda-se nom permitir as repetiçons de curso.

*** Investigaçom:**

Bricall pula pola **privatizaçom de grande parte da investigaçom**, por ser máis eficaz, como dizem pode olhar-se em EEUU, e pola construçom de empresas nos próprios cámpus.

*** Organizaçom e Gestom:**

Propom um **máximo órgão de governo da universidade** formado num 50% por membros do claustro e noutro 50% membros do que chaman CONSELHO SOCIAL, é dizer: banqueiros, empresárixs e membros de partidos políticos dependendo da representaçom parlamentária.

Nas diversas declaraçons que vam conformando este Processo atopamos a ideia da *necessidade de adaptaçom da universidade aos novos tempos*, ideia já recolhida no já comentado Informe Bricall.

Nós, estudantes de hoje, também cremos que a Universidade precisa umha reforma, umha adaptaçom, pois em muitos pontos atopa-se obsoleta. Cremos na necessidade de convalidaçom das titulaçons a nível internacional, nas vantagens da mobilidade e na melhora da metodologia docente. Pero nom cremos nas razons que tanto a CRUE como outros organismos aportam como

explicação deste atraso, nem as soluções que propõem, ou melhor dito, que impõem.

Nos cremos que uma das razões seja o grande número de licenciadas e licenciados que cada ano saem das universidades, o que o Informe Brilla tacha de “stock educativo”, e nos cremos que uma solução passe por reduzir as possibilidades de acesso mediante a imposição de trabas de carácter económico.

Outra ideia mui repetida ao longo deste Processo é a da *necessidade de ajuste dos planos de ensino às demandas do mercado de trabalho*.

Assim, atopamo-nos com a **divisão das Licenciaturas em dois ciclos, GRAU e POSGRAU**. Cremos,

1. Que o GRAU, antes suficiente para a aquisição de conhecimentos profundos da carreira escolhida e garante dum ensino completo para aceder ao mercado laboral, agora ficará numa série de “ferramentas” gerais que dotarão dumha formação de “usar e tirar”, favorecendo a **empregabilidade**, é dizer, a educação dumha mão de obra disposta a reciclar-se e a adaptar-se às cambiantes necessidades do mercado de trabalho. O Grau continuará com financiamento público.
2. O POSGRAU, antes máster ou doutorado de complementação, pois os conhecimentos necessários já eram adquiridos na Licenciatura, será agora a chave de profundização nos conteúdos da disciplina estudada, e mediante financiamento privado, cuns custos que vão desde os 1800 até os 3000 euros segundo dados do MEC, garantiram uma formação completa às e aos estudantes que poidam aceder economicamente, criando uma situação de **ELITIZAÇÃO**.

-Falamos de **eliminação de carreiras e ramas**.

Isto nom aparece de jeito específico, excepto no mapa de titulaçons que emanou da Declaraçon de Bolonha, que foi modificado polas protestas de estudantes e professorxs de carreiras como História do Arte.

Mas a efeitos reais, si haverá umha paulatina desaparición destas titulaçons.

Isto sucederá por dous factores:

1. A implantaçon das bolsas-préstamo
 2. O novo modo de financiamento
-
1. Em primeiro lugar, as **becas-préstamo**, expedidas por entidades privadas, nom se darán indiscriminadamente. Os e as beneficiarias de bolsas seram aquelas e aqueles que cursem carreiras que, bem por ser **máis dinámicas** ou bem por ter um **maior índice de ocupaçon laboral**, garantam a **rápida devolución do préstamo**. Por tanto, as e os estudantes de carreiras com dificultades de inserçon laboral como som as humanidades seram difícilmente beneficiárixs de bolsas-préstamo, polo que a demanda dessas licenciaturas, já hoje pouco solicitadas, descenderá em picado.
 2. Por outra banda, de adoptar-se um sistema de **financiamiento mixto**, como ocorre em grande parte das Universidades Europeias, o aporte de capital privado dependerá da rendabilidade que as entidades privadas poidam acadar com essa aportaçon. Por tanto, isto evoluirá num desequilibrio de recursos económicos entre as diversas Faculdades que conformem cada Universidade, posto que, mentres as ciências experimentais que poidam ser de utilidade aos interesses empresariais recibiram grandes aportaçons, carreiras menos útis para as entidades privadas como podem ser a filologia galega ou a história verám-se precariamente financiadas, o que dificultará extremadamente a súa existência.

Após enumerar estes pontos, queremos salientar a indignação de um estudantado mantido à margem de todo este Processo da chamada Convergência Europeia, marginação que vai além de estruturas partidárias, pois esta situação de total desvinculação das decisões que afectam ao nosso futuro mais imediato já sucedeu no 2001 com a implantação da LOU, e volta a suceder hoje, com outras cores no Governo, com a nova LOU aprovada no mês de abril, que mantém os pontos essenciais da anterior, assim como com este Processo de unificação do Ensino Superior Europeu.

Creemos que as alunas e os alunos não podem nem devem ser considerados como um mero elemento de ajuste económico, senão como cidadãos em si próprios, e que a educação deve ser concebida como um valor de seu ao que todas e todos os estudantes devem ter direito, e pelo tanto garantir o acesso efectivo à mesma.